RECOMENDAÇÃO ELEITORAL Nº 001/2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por suas Promotoras de Justiça da 43ª Zona Eleitoral e 72ª Zona Eleitoral do Estado do Pará, Excelentíssimas Promotoras de Justiça **FÁBIA MUSSI DE OLIVEIRA LIMA** e **ANA CAROLINA VILHENA GONÇALVES GOMES**, respectivamente, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, esposado nos art. 127, caput, e 129, inciso II e III, da Constituição da República, Lei nº 7.347/85, art. 27, I, II, III, IV, da Lei Orgânica nº 8.625/93, os art. 72, caput, 77, caput e 78, caput da Lei Complementar nº 75/93 c/c art. 32, III, da Lei 8.625/93, art. 55, Parágrafo único, IV, da Lei Complementar Estadual nº 057/06, e alterações;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF e art. 1º da Lei Orgânica MP nº 8.625/93);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e eficiência administrativas, do regime democrático e de outros interesses difusos e coletivos, na forma dos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal e artigo 25, IV, "a", da Lei n.º 8.625/93;

CONSIDERANDO, ainda, que ao Ministério Público incumbe prevenir condutas que violem os princípios constitucionais e defender a ordem jurídica e a correta aplicação das leis;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 129, inciso II, da Constituição Federal, no sentido de ser função institucional do Ministério Público "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia";

CONSIDERANDO que a saúde pública é direito social constitucionalmente reconhecido (art. 6º da CF/88), e são de relevância pública as ações e serviços de saúde (art. 197, CF/88);

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público promover as medidas necessárias para que o Poder Público, por meio dos serviços de relevância pública, respeite os direitos assegurados na

Constituição Federal, como o direito social à saúde e ao irrestrito acesso aos atendimentos e tratamentos médicos condizentes com a dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (LC 75/93, art. 6º, XX);

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas públicas que visem à redução do risco de doença (artigo 196 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS, em 30 de janeiro de 2020, declarou estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII, dado o grau de avanço dos casos de contaminação pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO o Estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, declarado em 03 de fevereiro de 2020, por meio da edição da Portaria MS nº 188, nos termos do Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, que definiu o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional de gestão coordenada de respostas à emergência na esfera nacional, cujo controle recai sobre a Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS/MS. Além disso, o MS divulgou o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo coronavírus, documento essencial para a definição das estratégias de atuação;

CONSIDERANDO que devido à necessidade de responder rapidamente a qualquer ameaça real que o COVID- 19 possa oferecer no território Nacional, foi editada a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com vigência restrita ao período de decretação de Estado de Emergência de Saúde Pública de Importância internacional pela OMS (art. 1º). Esta lei prevê uma série de mecanismos de atuação para as autoridades em vigilância da saúde, tais como isolamentos, quarentenas, requisições de bens e serviços, hipótese de dispensa de licitação, etc;

CONSIDERANDO que se trata de um vírus cujas propriedades ainda não conhecidas terão impacto substancial na efetividade das políticas implementadas, bem como a necessidade de adoção de uma abordagem de precaução em relação a surtos pandêmicos correntes e potenciais que necessitam incluir padrões de restrição de mobilidade em estágios precoces de um surto, especialmente quando pouco se sabe sobre os parâmetros verdadeiros do patógeno;

CONSIDERANDO que as diversas medidas adotadas pelo Poder Público para conter o avanço do coronavírus, inclusive com suspensão ou restrição de atividades econômicas, por razões de emergência sanitária, também provocarão situações de emergência social e econômica, com reflexos nas atividades de profissionais autônomos, empresários individuais e microempresários;

CONSIDERANDO que tais situações de emergência social e econômica demandarão a adoção de medidas de socorro às pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, mediante distribuição gratuita de bens, valores e benefícios;

CONSIDERANDO a divulgação pelo Ministério da Saúde, no dia 26 de fevereiro de 2020, da confirmação do primeiro caso de infecção pelo COVID-19 em território nacional, evidenciando a necessidade de atuação conjunta, interinstitucional, e voltada à atuação preventiva, extrajudicial e resolutiva, em face dos riscos crescentes da epidemia instalar-se no território nacional, o Conselho Nacional do Ministério editou a Nota Técnica referente à atuação dos membros do Ministério Público brasileiro, em face da decretação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional para o coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO a CONFIRMAÇÃO de 178.375 casos confirmados de contaminação pelo COVID-19 no Estado do Pará, existindo ainda outros 491 casos em análise, 5.945 óbitos, e 163.027 recuperados, segundo informação oficial da SESPA, datada de 16 de agosto de 2020, até as 18 horas;

CONSIDERANDO que, diante do cenário de crise e a decretação de situação de emergência, é oportuno ressaltar-se que a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97) prevê diversas hipóteses de condutas vedadas aos agentes públicos em ano de eleições, dentre as quais se destacam, em face do quadro atual de combate à propagação da pandemia de coronavírus, as vedações previstas pelo artigo 73, caput, inciso IV e § 10º, que tratam da distribuição de bens e serviços de caráter social pelo Poder Público;

CONSIDERANDO que com a situação de emergência, há uma natural tendência de aumento de benefícios assistenciais e de distribuição de bens e serviços à população vulnerável, a fim de mitigar os efeitos econômicos e sociais da crise;

CONSIDERANDO que as exceções destacadas na norma legal supracitada (calamidade e emergência) representarão a realidade da maioria dos municípios paraenses, a permitir, portanto, que a Administração Pública institua e execute programas de auxílio aos impactados pelas mencionadas medidas;

CONSIDERANDO que decretada a situação de calamidade pública ou de estado de emergência, poderá a Administração Pública realizar as ações necessárias para evitar ou amenizar os possíveis danos à sociedade, sem que tais ações possam caracterizar a conduta vedada pelo § 10 do artigo 73 da Lei 9.504/97, como, por exemplo, a doação de alimentos ou a concessão de benefícios fiscais para setores estratégicos para contenção da situação de crise;

CONSIDERANDO que os gastos, ou aumentos destes, com a manutenção dos serviços públicos, desde que não ocorra o desvio de finalidade através do abuso de poder político, não se enquadram

na vedação, visto que a finalidade do § 10, do artigo 73 “é salvaguardar a lisura do pleito e a paridade de armas de programas assistenciais de cunho oportunista, por meio dos quais se manipulam a miséria humana e a negligência do Estado”;

CONSIDERANDO que a regra do inciso IV, do art. 73, da LE, não está submetida a um limite temporal fixo e, assim, tem incidência ainda antes do momento da formalização do registro de candidatura. De acordo com esse dispositivo, é conduta vedada aos agentes públicos o uso promocional da distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social subvencionados pelo Poder Público;

CONSIDERANDO que convém consignar que – na conduta vedada do inciso IV – a legislação proíbe não a mera distribuição gratuita desses bens e serviços, mas sim o seu uso como forma de promover ou divulgar candidato, partido político ou coligação. Vale dizer, assim, “não se exige a interrupção de programas nem se inibe a sua instituição. O que se interdita é a utilização em favor de candidato, partido político ou coligação”;

CONSIDERANDO que eventual descumprimento das vedações previstas pelo artigo 73, da Lei nº 9.504/97, acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e sujeitará os agentes responsáveis a pagamento de multas, sem prejuízo de outras sanções de caráter constitucional, administrativo ou disciplinar, fixadas pelas demais leis vigentes (art. 73, § 4º, c/c art. 78), podendo ainda o candidato beneficiado, agente público ou não, ficar sujeito à cassação do registro ou do diploma, multa e improbidade administrativa (art. 73, §§ 4º, 5º, 6º e 7º, c/c art. 78);

CONSIDERANDO que diante da situação atualmente vivenciada, conclui-se que, se não houver promoção pessoal ou vinculação a candidato ou partido, nem tampouco qualquer outro desvio de finalidade, será lícita, em tese, a distribuição de bens ou serviços custeados ou subvencionados pelo Poder Público, uma vez que se trata inegavelmente de situação de calamidade pública ou emergência;

CONSIDERANDO que o atual momento de grave calamidade pública exige do Ministério Público Eleitoral uma postura de fiscalização dos atos do poder público, conforme, aliás, dispõe o § 10, do art. 73, da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), de modo a preservar a igualdade de oportunidades entre os candidatos para o pleito das eleições gerais municipais de 2020, mas também de equilíbrio e discernimento para permitir que as atividades essenciais para assegurar a saúde e a vida humana sejam devidamente preservadas;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e na lisura do pleito, prefere atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento de ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com

repercussões importantes na candidatura;

RESOLVE:

1) RECOMENDAR AOS PREFEITOS, SECRETÁRIOS E VEREADORES MUNICIPAIS DE ANANINDEUA/PA, QUE IMEDIATA E SISTEMATICAMENTE:

a) Caso haja a distribuição gratuita de bens, serviços ou benefícios, em decorrência de situação de calamidade ou estado de emergência, sejam fixados critérios objetivos para o momento (quantidade de pessoas a serem beneficiadas, renda familiar de referência para a concessão do benefício, condições pessoais ou familiares para a concessão, dentre outros) e a execução dos respectivos programas, com a estrita observância da impessoalidade;

b) Seja vedado o uso promocional em favor de agente público, candidato, partido ou coligação, da distribuição gratuita de bens, serviços, valores ou benefícios, e inclusive sejam orientados os servidores incumbidos da sua execução quanto a tal vedação;

c) Seja comunicada a esta Promotoria de Justiça Eleitoral, **no prazo de 5 (cinco) dias**, após a execução, quanto à distribuição gratuita de bens, serviços ou benefícios, para fins de acompanhamento da execução financeira e administrativa, bem como do controle de atos que eventualmente excedam os limites da legalidade e afetem a isonomia entre os candidatos;

d) Que remetam a esta Promotoria de Justiça Eleitoral, **no prazo de 15 dias**, as informações sobre as medidas efetivadas, em relatório circunstanciado.

2) ANOTE-SE os destinatários que a presente Recomendação, quanto à sua eficácia, em que pese não constituir caráter vinculativo e obrigatório, é meio extrajudicial voluntário e amigável de prevenção de ações judiciais, **dá ciência e constitui em mora os destinatários** quanto às providências recomendadas (Código Civil, art. 397, parágrafo único), torna-se inequívoca a demonstração da consciência da ilicitude do recomendado e constitui-se em elemento probatório em ações judiciais, registrando-se, ainda, que a manutenção de ação ou omissão em desconformidade com a presente Recomendação poderá implicar o manejo de todas as medidas e ações judiciais cabíveis para a responsabilização civil, eleitoral e criminal do ente público ou privado, se for o caso.

3) ENCAMINHE-SE, o Apoio da Promotoria de Justiça, via desta Recomendação, aos destinatários (Prefeito Municipal de Ananindeua, Presidente da Câmara Municipal de Ananindeua e demais vereadores, através de ofício, via correio eletrônico (e-mail institucional), para ciência e cumprimento imediato, alertando que as respostas também deverão ser encaminhadas via email institucional: **mpananindeua@mppa.mp.br**.

4) ANOTE-SE, mais uma vez, que os destinatários desta Recomendação deverão dar cumprimento

aos seus termos **em ato imediato ao seu recebimento**, informando, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas** sobre o acatamento da presente Recomendação, sem prejuízo das demais informações adicionais, com encaminhamento de documentação correlata, que deverão ser encaminhadas em prazos outros fixados neste instrumento.

5) ENCAMINHE-SE, ainda, o Apoio da Promotoria de Justiça, cópia desta Recomendação para registro, ciência e demais fins, ao Procurador Regional Eleitoral, aos Juízes Eleitorais da 43ª e 72ª Zonas Eleitoral, em Ananindeua, respectivamente, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público e ao Centro de Apoio Operacional Constitucional, via correio eletrônico (e-mail) e/ou GEDOC, conforme o caso.

REGISTRE-SE e PUBLIQUE-SE, pelos meios disponíveis de divulgação no âmbito do Ministério Público, com encaminhamento de extrato para ser publicado na imprensa oficial, bem como com afixação desta Recomendação no quadro de aviso no átrio da Promotoria de Justiça.

ANANINDEUA/PA, 17 de agosto de 2020.

FÁBIA MUSSI DE OLIVEIRA LIMA

Promotora de Justiça Eleitoral da 43ª Zona Eleitoral

**ANA CAROLINA VILHENA GONÇALVES
GOMES**

*Promotora de Justiça Eleitoral da 72ª Zona Eleitoral
de Ananindeua*